

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM AGROECOLOGIA NO MST/PR

Aparecida do Carmo Lima¹
Amélia Kimiko Noma²

Neste escrito, é abordada a mobilização de sujeitos coletivos do campo por políticas sociais públicas de educação, resultantes da práxis dos Movimentos Sociais do Campo na luta pelos direitos às condições materiais para a produção da existência e a apropriação do conhecimento histórico. O objetivo é investigar a política educacional do campo concretizada em cursos formais, na modalidade de Pós-Médio, Ensino Médio Integrado, e Tecnólogo em Agroecologia, com subsídio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Para tal, investiga-se a prática educativa em agroecologia dos Centros/Escolas de formação vinculados ao MST/PR. São consideradas as relações sociais e a correlação de forças das classes sociais no campo brasileiro como condição para analisar a singularidade das práticas educativas em agroecologia do MST/PR, e como uma das dimensões estratégicas que se somam na construção de um Projeto Alternativo do Campo e contrário à lógica do capital. Argumenta-se que as referidas práticas educativas têm possibilitado a formação política e técnica para que os estudantes e egressos contribuam na organização da produção agropecuária e agroecológicas nas áreas de Reforma Agrária e Comunidades Camponesas. As práticas educativas em agroecologia no MST/PR se concretizam em relações contraditórias, que expressam as relações sociais de produção da sociedade brasileira. Estas práticas fazem parte da sua ação política – fruto das contradições geradas por esta sociedade - na luta pela terra, concebendo-a como um dos meios necessários à produção da existência de milhares de trabalhadores do campo que foram expropriados pela classe dominante. A luta pela terra e pela reforma agrária no MST tem como perspectiva histórica a superação da sociedade de classes.

Palavras-chave: Movimento Social e Educação. Políticas educacionais do Campo. Formação em Agroecologia. MST/PR

1 Introdução

Neste texto, abordam-se ações promovidas pelos sujeitos coletivos do campo na busca pela efetivação de políticas sociais públicas de educação nas áreas de Reforma Agrária e de comunidades do campo. Ações que se constituíram em importantes mobilizações que influenciaram na construção de Centros/Escolas de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Paraná (MST/PR), em específico, para a organização do trabalho pedagógico e na concretização de práticas

¹ Graduada em Pedagogia para Educadores do Campo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; aluna do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. cidaems@gmail.com

² Doutora em História pela PUC-SP; docente do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. aknoma@uem.br

educativas em agroecologia.

Utiliza-se o método histórico e dialético para apreender aspectos da totalidade do modo de produção capitalista, a fim de compreender uma determinada realidade em particular. São concebidas as relações sociais e a correlação de forças das classes sociais no campo brasileiro como condição para analisar a singularidade das práticas educativas em agroecologia do MST/PR e como uma das dimensões estratégicas que se somam na construção de um Projeto Alternativo do Campo e contrário à lógica do capital.

O objeto em estudo é abordado em estreita vinculação com as relações sociais que se configuram na sociedade brasileira no contexto em presença. Entende-se que tal objeto resulta das contradições da produção da vida material dos sujeitos do campo. Esta compreensão faz-se necessária para investigar processos formativos na luta pela emancipação humana desenvolvidos na materialidade das práticas educativas em agroecologia do MST/PR.

O objeto tem raízes no Movimento Social Popular do Campo (MSPDOC) – do qual faz parte o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – cuja ação política na luta pela terra se articula à luta pela educação escolar e pela educação no sentido amplo, enquanto um processo formativo na perspectiva da transformação social.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é identificado e se autodenomina em seus documentos internos como Movimento dos Sem Terra ou simplesmente pela sigla “MST”. É um Movimento de Massas, de caráter Sindical, Popular e Político, “[...] é um movimento **social**, de massas, **autônomo**, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2001, p. 1, grifos do autor).

No Brasil, em meados dos anos 2000, os sujeitos pertencentes ao MST compreenderam a necessidade de construir processos socioeconômicos no campo fundados em novas relações sociais entre os homens e do homem com a natureza. Uma das iniciativas deste Movimento Social é a luta pelos direitos às condições necessárias para a produção da existência e a apropriação do conhecimento sistematizado historicamente (LIMA, 2008).

O Movimento Social – MST/PR propôs a organização do trabalho pedagógico, nas práticas educativas, articulada a uma totalidade no processo de formação humana. Tem assumindo uma educação de classe, coerente com o projeto político do MST, na perspectiva de formar sujeitos sociais, que, mediante intervenção mais consciente na

prática social, possam engajar-se no compromisso com a transformação social.

Nos espaços de Reforma Agrária, em consonância com a práxis política e organizativa dos sujeitos sociais pertencentes a este Movimento, propõe-se e constrói-se a organização da produção, do trabalho e da educação, buscando materializar uma socialização protagonizada pelos próprios sujeitos. Nestes espaços, vivenciam-se as tensões, contradições e possibilidade da constituição de processos socioeconômicos emancipatórios. Cumpre ressaltar que a emancipação humana tem como condição a superação das relações sociais baseadas em classes é, portanto, uma condição histórica a ser construída, é necessidade histórica que direciona para a superação das relações de produção capitalista.

2 Movimento Social Popular do Campo e a luta pela educação

No capitalismo, há a negação aos meios de produção necessários para a produção da existência dos sujeitos do campo em razão da apropriação da terra que é transformada em propriedade privada da classe dominante. Ao ser negado o direito da terra, nega-se também a possibilidade do trabalho necessário para a produção das condições materiais e imateriais.

Na sociedade brasileira, o dilema é histórico e doloroso. Desde que o capitalismo se expandiu e se apropriou do campo brasileiro, a questão agrária tem se assentado sobre a propriedade privada da terra, cujo fundamento é a exploração do trabalho, inicialmente do trabalho escravo e, posteriormente, no processo tardio, do trabalho assalariado.

Em pleno século XXI, os trabalhadores do campo lutam por condições materiais e culturais dignas, que lhes foram negadas por muitas gerações. Este é um dos fatores de resistência destes sujeitos históricos, o qual não tem permitido uma completa proletarização de seu trabalho. Sempre houve movimentos de oposição à lógica do capital, entretanto, a partir da metade dos anos de 1980, em particular, os trabalhadores do campo, organizados em Movimentos Sociais, inserem na agenda política brasileira a luta pela distribuição da terra, da renda e da riqueza material e imaterial.

No contexto histórico em presença, o projeto hegemônico de desenvolvimento para o campo tem-se articulado com o capital financeiro internacional, por intermédio das empresas transnacionais, que passaram a controlar o mercado agrícola e também os recursos naturais. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro não alterou a estrutura fundiária, não interferiu na distribuição de terra e renda, mas provocou a expulsão

de levas de trabalhadores do campo para a cidade. Nas estruturas agrárias, foi intensificado o investimento do capital, ocorreu expansão da mecanização agrícola e se deu a subordinação da agricultura à indústria. (SILVA, 2002, p. 137). Os anos pós 1990 foram marcados por conflitos de classes e, concomitantemente, intensificou-se a ofensiva contra o MST, com o objetivo de inviabilizar a Reforma Agrária por meio da desqualificação dos assentamentos (PEGO, 2008).

Os Movimentos Sociais passaram a buscar a construção de uma unidade política para enfrentar as contradições e organizar práticas sociais de resistência no campo. Nesse contexto, o MST tem se constituído como o maior Movimento Social Popular do Campo no Brasil e na América Latina. Está presente em 24 Estados brasileiros, cerca de dois milhões de pessoas, uma média de 350 mil famílias assentadas e 160 mil famílias acampadas, fazem parte da sua base social.

O MST também é produzido pela sociedade de classe, os sujeitos sociais do campo, ao lutarem pela terra na sociedade brasileira, demarcam que a luta pelo trabalho e pela educação é processo indissociável da luta pela transformação social. Como a Escola é também uma produção social, reproduz-se esta dicotomia entre campo e cidade, entre escola para as populações da cidade e populações do campo. Afirma Arroyo (2006, p. 129) que “[...] o direito à educação não acontece por si só. É um dos direitos mais entrelaçados com a totalidade da produção da existência. [...] é inseparável da totalidade dos direitos humanos”.

Em sua luta, o Movimento conquistou cerca de “[...] 2.000 escolas públicas nos assentamentos em todo país. Mais de 200 mil crianças e adolescentes Sem Terra estão estudando, cerca de 95% a partir do Currículo especial para jovens do campo”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2008.).

O MST compreende que o projeto educativo construído não se limita à educação escolar e à prática de ensino. Na concepção de educação do MST, os espaços privilegiados nos processos de formação humana é a prática social, o que implica em outras relações, as quais englobam: “[...] educação e vida produtiva; formação humana e cultural; relação entre educação e história; a escola como um dos espaços e tempos de formação humana” (ARAÚJO, 2007, p. 98-99). Ou seja, conceber a educação humana, é pensar a educação como um processo social.

Para o MST, o sentido de uma prática educativa no processo de formação humana está associado à concepção de educação no sentido amplo; além da ocupação da escola, deve-se ter uma intencionalidade política, contribuindo para a superação da alienação e

para o processo de humanização do ser social. Essas práticas incluem: as lutas sociais, os cursos informais, os encontros, as atividades intersetoriais, os centros/escolas de formação, as marchas, as romarias, a feira da comunhão e da partilha, as manifestações e os protestos.

A proposta educacional do MST se fundamenta em cinco princípios, a educação deve ser: 1) para a transformação social; 2) aberta para o mundo, aberta para o novo; 3) para o trabalho e a cooperação; 4) voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 5) como um processo permanente de formação/transformação humana. Tais princípios são os fundamentos dos objetivos estratégicos do trabalho educativo para o MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1996, p.6-10).

As principais práticas educativas formais, articuladas mediante a construção de políticas públicas de educação, são as Escolas de Assentamentos e as Escolas Itinerantes. Estas estão integradas à rede pública de ensino, com manutenção e controle do “Estado - em Ação”, por meio da intervenção das Secretarias Estaduais de Educação, do Ministério da Educação e dos Núcleos Regionais de Educação, ou seja, integram-se ao Sistema Nacional de Educação, cujo financiamento segue as orientações da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.924/96.

Entende-se que a constituição de uma política educacional para e no campo está intrinsecamente associada e influenciada pelas determinações históricas da sociedade contemporânea. Ressaltam Guhur e Silva (2009, p.11) que a experiência educativa do MST se forja como não estatal “[...] não por apelar ao jogo do mercado, de um lado, nem por configurar-se em assistencialismo, de outro, mas ao contrário, por reivindicar o controle direto dos trabalhadores sobre a educação a que têm direito e que lhes interessa, e que o Estado tem obrigação de prover”.

A política educacional no campo caminha na direção da área dos direitos, educação como direito universal. A educação propalada como um direito de todos norteia a política nacional denominada de inclusiva e que, afirma o legislador, almeja a efetivação da igualdade constitucional. A justificativa oficial é que a promoção da inclusão de grupos notoriamente discriminados, visando superar o processo de exclusão historicamente imposto aos mesmos, deve ser realizada por intermédio de políticas de ações afirmativas e compensatórias.

As principais práticas educativas articuladas na construção de política sociais públicas de educação nas áreas de reforma agrária têm se efetivado com subsídio de programa educacional. A realização dessas práticas educativas deve-se, em parte, às parcerias com Escolas Técnicas e Institutos das Universidades Federais e Estaduais,

Ministérios e Órgãos Públicos. Outra política de educação é a conquista da Escola Itinerante, que visa garantir o acesso à escola pública para as crianças Sem Terra nos acampamentos, bem como sua manutenção, e a Formação dos Educadores, no caso do Paraná, articulada com a Secretaria Estadual de Educação.

Em consonância, o foco da política nacional volta-se à integração e à inclusão educacional desses sujeitos na rede regular de ensino, alinhando-se à tendência mundial que preconiza a oferta de educação básica para todos. Esta questão é visível na Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de Abril de 2002, a qual institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, expressando que se “[...] deve garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico” (BRASIL, 2002,p. 42).

O conceito de Educação do Campo é novo, próprio do nosso tempo histórico, e decorre da luta e mobilização das populações do campo na década de 1990. Pode ser compreendido e discutido no contexto do seu surgimento, na luta “[...] por uma política educacional para as comunidades camponesas [...] precisando tomar posição no confronto de projetos de campo [...]” (CALDART, 2008, p. 72).

Na perspectiva dos Movimentos Sociais Populares do Campo, a luta pelo direito ao trabalho, à educação e por políticas públicas para efetivar a construção da escola no e do campo é uma das ferramentas de luta dos trabalhadores organizados do campo. Não se trata mais de uma educação para o povo do campo e sim de uma educação do e no campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2005, p. 27).

3 Práticas educativas em agroecologia do MST/PR

A Agroecologia foi assumida como bandeira de luta do MST no 4º Congresso Nacional, significando um novo projeto para o campo, baseado noutra matriz tecnológica para o enfrentamento ao agronegócio e às políticas neoliberais. A Reforma Agrária defendida pelo MST aponta a agroecologia como alternativa econômica e ambiental. Esta é assumida como base teórico-metodológica vinculada à formação de militante-técnicos, comprometidos e habilitados para atuarem nas áreas de reforma agrária e comunidades do campo. O MST/PR, participante desta compreensão, tem desencadeado ações para consolidar práticas educativas em agroecologia, visando à formação política e técnica dos

sujeitos Sem Terra no Estado do Paraná (LIMA, 2008). Compreende-se que a agroecologia é estratégica para o desenvolvimento dos assentamentos, possibilitando garantir certa autonomia aos agricultores e agricultoras e suas organizações.

O MST/PR, a partir dos anos de 2002, tem desenvolvido cursos formais, com a intervenção dos trabalhadores organizados, em parceria com Instituições Públicas de Ensino e, parcialmente, com recursos do Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária (PRONERA). Tal Programa “[...] é uma política pública de educação dirigida a trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária [...]” (SANTOS, 2008, p. 11).

As práticas educativas em agroecologia do MST/PR são organizadas visando formação de estudantes articulados à perspectiva da atuação do militante-técnico, atendendo à necessidade de contribuir na organização dos assentamentos de reforma agrária e de outros espaços formativos nas comunidades do campo.

A forma de organizar e de efetivar o fazer educativo na formação de militante-técnico em agroecologia prioriza o princípio da práxis educativa, a manutenção do vínculo com o trabalho e a construção de um vínculo orgânico entre Escola, Curso e a prática do Movimento Social. Os fundamentos assumidos pelas práticas educativas em agroecologia devem possibilitar que os sujeitos que vivenciam o processo formativo dêem conta de fazer a leitura da realidade, “desnaturalizando” a visão de mundo do capital e das relações sociais burguesas. Estabelece-se a relação indissociável entre trabalho e educação no intuito de contribuir para formar sujeitos protagonistas, que se oponham à formatação da sociedade de classe e de sua manutenção.

Redireciona o tempo/espaco-escola mediante estratégias pedagógicas, pelo processo de gestão, entendido aqui como auto-organização e trabalho. Busca a participação de todas as pessoas, educandos e educadores, na organização e construção dos processos formativos, que abrangem as atividades da educação escolar – cursos formais –, o trabalho na produção e os trabalhos de serviços gerais necessários à organização na vida coletiva.

Nessa perspectiva, as práticas educativas têm se constituído com o fundamento em proposta de educação entendida como processo social, que se pauta em organização coletiva, por entender que a forma de organizar e garantir o fazer educativo tenciona as relações sociais que se manifestam na vivência. De acordo com Gliessman (2005, p. 53-54), é requerida uma abordagem nova “[...] da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que se construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local” em concomitância com a exploração de conhecimento e métodos ecológicos modernos.

“Esta abordagem é configurada na ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2005, p. 53-54).

O referencial teórico da agroecologia tem sido incorporado no debate, na elaboração e construção de práticas educativas para a formação de militante-técnicos e, também, para a organização dos processos produtivos em áreas de Reforma Agrária. Os Centros/Escolas de Formação, na perspectiva do MST/PR (2006), devem se constituir em espaços possíveis de realizar a formação e a educação, objetivando a apropriação do conhecimento histórico, científico e técnico.

Associadas à formação política e técnica, têm-se realizado as práticas educativas, conhecidas como cursos formais; técnicos de nível médio, pós-médio e tecnólogos em Agroecologia. Visa possibilitar que os estudantes e egressos possam constituir-se como um militante técnico ao acompanhar as famílias Sem Terra nas áreas de Reforma Agrária, na perspectiva da organização da produção e dos assentamentos.

O percurso de seis anos de trabalho dos sujeitos envolvidos nos processos formativos no MST/PR possibilitou que as práticas educativas em agroecologia proporcionassem a formação de 185 militante-técnicos habilitados para intervir na produção agropecuária nas áreas de reforma agrária e comunidades do campo. Conforme registra o CEAGRO (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA, 2008), no ano de 2009, em processos formativos, há nove turmas do Curso Técnico em Agroecologia, envolvendo, em média, 270 estudantes nos centros/escolas de formação do MST/PR.

Com fundamento na metodologia de formação desenvolvida nas práticas educativas, cada educando e educanda é desafiado a acompanhar, desde o início do curso, aproximadamente 50 famílias, dando contribuição técnica e organizativa em assentamentos e em comunidades do campo. Durante o tempo em que permanecem nas comunidades, são desafiados às atividades práticas e organizativas, estabelecendo uma relação com a comunidade da qual fazem parte. Também contribuem para o desenvolvimento do campo e para a construção da agroecologia.

As práticas educativas em agroecologia do MST/PR foram se forjando na construção de outras relações de formação humana, a partir da organização do trabalho pedagógico com o pressuposto de um projeto histórico, que almeja trabalho e educação para “além do capital”. Tais práticas são articuladas por princípios comuns na organização do trabalho pedagógico, que evidenciam uma contraposição à educação para a

conformação e defendem uma educação que visa à emancipação humana.

A formação em agroecologia é desenvolvida em centro/escola de formação do MST/PR e na Escola Latina de Agroecologia. A seguir, são apresentados os Centros/Escolas de formação do MST paranaense. A Escola Iraci Salette Strozak é o primeiro Centro/Escola do MST/PR, fundada em 1993, situa-se em Cantagalo e a Escola Ireneo Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, são vinculadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente (CEAGRO). A Escola José Gomes da Silva, pertencente ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), constituída no ano de 2000, está localizada no Município de São Miguel do Iguaçu. A Escola Milton Santos (E.M.S) foi fundada no ano de 2002 na cidade de Maringá. A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) foi formada no ano de 2005 em conjunto com os Movimentos Sociais Popular do Campo. É vinculada à Via Campesina, a qual é responsável pela realização do Curso de Tecnólogo em Agroecologia. A ELAA pertence ao Instituto Latino Americano de Agroecologia, Educação e Pesquisa da Agricultura Camponesa (ICA), localizada no Assentamento Contestado, Município da Lapa.

A partir de 2007, os Centros/Escolas de formação passaram a articular atividades em comum com a Casa Familiar Rural Padre Sasaki, sediada no município de Sapopema no Estado do Paraná, que iniciou as atividades em 1994. Prioriza a família e sua realidade, o processo educativo articula-se a Pedagogia da Alternância e é regida por uma Associação de agricultores, na sua maioria formada por pais de alunos. Esta, por sua vez, está vinculada a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR-SUL). A formação oferecida até o ano de 2005 era no Ensino Fundamental Supletivo (duração de três anos) e em Agropecuária. No ano de 2006, foi aprovado o Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante e passou a formar o Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia.

Os centros/escolas de formação não estão legalizados como escola ou como instituição de ensino. São denominados com esta identidade por meio da atribuição de um significado dos próprios sujeitos Sem Terra. Nesses espaços, realiza-se a educação escolar dos estudantes de acordo com a estrutura curricular de cada curso formal, mas as práticas educativas – cursos formais – são certificados em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), atualmente representada pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), que certifica os cursos e contribui de modo relevante na construção dos mesmos, e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), por intermédio dos recursos do PRONERA. O Curso Técnico da Casa Familiar Rural Padre Sasaki tem a certificação do Governo do Estado do Paraná.

Nestes espaços, além dos Cursos Técnicos em Agroecologia, ocorreram e ocorrem outras atividades formativas, como encontros, seminários, cursos e reuniões de interesse dos seus sujeitos e parceiros.

4 Dimensões formativas das práticas educativas em agroecologia do MST/PR

De acordo com o material do MST (2006), nas práticas educativas em agroecologia, a intencionalidade formativa deve ser assumida como um processo de transformação humana para a prática de novos valores e de caráter humanista e socialista. Os princípios pedagógicos buscam efetivar a relação entre a prática social e a teoria estudada, refletindo sobre a realidade social, a qual se constitui em base para a produção e socialização de conhecimento e de transformação social.

Tais práticas educativas têm por objetivo geral estabelecer uma proposta de educação para a classe trabalhadora, em que as técnicas e as ciências possam estabelecer parâmetros que ofereçam alternativas à agricultura convencional e que, portanto, voltem-se para a vida do humano com dignidade (MST, 2006). Para tanto, seu método pedagógico é organizado para garantir a formação técnica, política e a capacitação das pessoas que dela participam. O propósito é possibilitar o desenvolvimento da consciência organizativa e política de forma combinada com as dimensões identificadas da formação humana.

Quanto à especificidade dos cursos formais – Técnico em Agroecologia, na modalidade de Pós-Médio, Ensino Médio Integrado e Tecnólogo em Agroecologia –, a organização do trabalho pedagógico acontece em regime de alternância. Há, simultaneamente, atividades teóricas e práticas no tempo/espaço Escola e períodos de atividades de estágio no tempo/espaço Comunidades nas áreas de reforma agrária e nas comunidades do campo de origem dos educandos. Estes períodos, denominados de Tempo Escola e Tempo Comunidade, são compreendidos como tempos contínuos do processo educativo.

O estudo de Lima (2008) sobre a articulação dos eixos metodológicos que fazem parte do Projeto Político do Campo identifica os principais eixos na formação do militante-técnico: a) o Regime de Alternância; b) o Trabalho como Elemento Pedagógico Fundamental; c) a Formação Integrada ao Processo Produção; d) a Organização dos Tempos Educativos; e) a Organização de Coletivos; f) a Relação Escola e Comunidade

como Elemento Estratégico; g) a Qualificação Aliada à Escolarização e à Formação Política.

As práticas educativas construídas visam formar pessoas para contribuírem na construção do Movimento Social e dos assentamentos de Reforma Agrária. Atendem à demanda de escolarização da juventude do campo, são vinculadas ao Ensino Médio Integrado, Pós- Médio, ao Ensino Superior e a um Projeto Educativo articulado à educação escolar, política e técnica em agroecologia. Esses elementos se associam com a necessidade do MST de formar militantes que tenham o domínio do conhecimento histórico e científico para atuar nos acampamentos e assentamentos, qualificando-os para fazerem o acompanhamento e prestarem orientações técnicas mediante a contribuição na prática militante.

A estreita relação entre escola e comunidade pode ser identificada mediante o vínculo das práticas educativas com o MST, que se caracteriza como uma proposta de educação em construção do próprio Movimento Social. A relação é diferente de uma escola pública estatal, que tem programas e organiza espaços específicos para a comunidade frequentar e participar. Nos espaços dos Centros/Escolas de Formação, onde são realizadas as práticas educativas, busca-se a construção do vínculo orgânico com o trabalho socialmente útil, o trabalho organizativo, a educação e a cooperação-produção. Estas atividades têm se constituído em dimensões primordiais para e na formação dos sujeitos sociais do campo.

A realização do processo educativo interligado ao regime de alternância visa que os sujeitos participantes construam vínculo orgânico com a prática social e se apropriem dos conhecimentos sistematizados historicamente e do conhecimento empírico dos sujeitos do campo. Exercitam, assim, a interação desses processos mediante a práxis dos sujeitos com o movimento da realidade, a vivência com os conflitos, contradições, limites e dificuldades que são indissociáveis na construção de uma nova cultura.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de os sujeitos das áreas de reforma agrária – acampamentos e assentamentos –, que participam deste fazer educativo, irem se constituindo, no decorrer do processo, em um militante-técnico, à medida que vão compreendendo e construindo a agroecologia. Em síntese, é por meio do e no trabalho do profissional técnico em agroecologia junto à sua base social que comprovará a veracidade da técnica, imersa em situações concretas dos trabalhadores do campo.

Em relação às principais práticas, funções e atuação dos estudantes e egressos no conjunto do MST, Lima (2008) entende que esses elementos podem ser assim

sistematizados: a) a atuação em várias frentes de trabalho no Setor de Educação e de Produção, por meio do acompanhamento de educandos e do trabalho de acompanhamento técnico junto às famílias assentadas; b) inserção no debate e construção de práticas educativas, contribuindo na Coordenação Político-Pedagógica, no acompanhamento dos cursos formais nos Centro/Escolas de Formação do MST/PR; c) coordenação de processos produtivos nas áreas de Reforma Agrária, experiência de manejo e uso do solo com adubação verde e rotação de culturas, realização de caldas defensivas e fertilizantes; trabalhos topográficos nos assentamentos e capacitação de estudantes nas práticas educativas em agroecologia; incentivo à bovinocultura: produção de leite agroecológico; implantação de agroflorestas, participação em convênios de assistência técnica junto com as instituições públicas, entre outros.

Entre os processos organizados e conduzidos pelos egressos juntamente com os setores de trabalho do MST, podem ser destacados: a) Contribuição no Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico dos Cursos Formais; b) Inserção no Setor de Produção dos Centros/Escolas de Formação e o aprimoramento de experiências na área de energias renováveis; c) Participação na direção do Setor de Produção de 500 famílias nas comunidades de origem, envolvendo-se na construção de um novo projeto de assentamento, cujas diretrizes organizativas e operativas fazem parte da construção de um novo método de trabalho, envolvendo os sujeitos ativos destes espaços; respeito ao meio ambiente e incentivo à agroecologia; d) Atuação no Setor de Produção na orientação às famílias, desenvolvendo atividades teóricas e práticas sobre agroecologia junto a escolas públicas do Estado em assentamentos da Reforma Agrária (LIMA, 2008).

Estabelece-se a relação indissociável entre trabalho e educação, visando contribuir para formar sujeitos protagonistas que se oponham à formatação da sociedade de classe e sua manutenção. As práticas educativas em agroecologia estabelecem a organização e a realização de trabalho socialmente útil, de organização coletiva e da dimensão do estudo. O propósito é possibilitar que os sujeitos das práticas educativas participem do projeto educativo que contribui para a construção de uma educação que não internaliza os valores da ideologia dominante.

Os fundamentos assumidos pelas práticas educativas em agroecologia do MST/PR devem possibilitar que os sujeitos que vivenciam o processo formativo, possam fazer a leitura da realidade, “desnaturalizando” as relações sociais. São processos formativos na luta pela emancipação humana desenvolvidas na materialidade das práticas educativas em agroecologia do MST/PR, que tem proporcionado a formação de sujeitos sociais que

contribuam na construção de projetos de produção alternativos no campo que se oponham ao projeto do grande capital.

5 Considerações finais

Na luta pela reforma agrária – pela qual perpassam as contradições e tensões presentes nos marcos da sociedade capitalista –, os sujeitos sociais do campo vivenciam a indissociável relação entre trabalho e educação. Os Movimentos Sociais do Campo, por meio das lutas sociais e da organização coletiva, ampliaram as conquistas por direitos sociais influenciando os poderes públicos na implantação de políticas públicas visando garantir o atendimento às necessidades educativas dos sujeitos do campo.

As práticas educativas em agroecologia do MST/PR contribuem para a formação dos sujeitos do campo por mediação da práxis política organizativa deste Movimento Social. A consolidação dos centros/escolas de formação do MST/PR tem proporcionado a formação de egressos militante-técnicos habilitados profissionalmente para intervir na organização e construção processos de produção agropecuária sob princípios ecológicos em áreas de Reforma Agrária e nas comunidades do campo.

Compreende-se que as práticas educativas em agroecologia no MST/PR se concretizam em relações contraditórias, que expressam as relações sociais de produção da sociedade brasileira capitalista. Estas práticas fazem parte da sua ação política – fruto das contradições geradas por esta sociedade - na luta pela terra, concebendo-a como um dos meios necessários à produção da existência de milhares de trabalhadores do campo que foram expropriados pela classe dominante. A luta pela terra e pela reforma agrária no MST tem como perspectiva histórica a superação da sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. *As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST*. 2007. 334 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ARROYO, Miguel G. Que educação básica para os povos do campo? *Boletim de Educação* – Edição Especial, Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária /ITERRA. *Educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária*: texto de estudo. São Paulo: ITERRA, n. 11, p. 137-149, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, através da Resolução 01/2002, institui as

Diretrizes Operacionais para a Educação Básicas nas Escolas do Campo. Brasília. DF, 2002.

CALDART, Roseli Salet. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Cadernos temáticos: educação do campo*. Curitiba: SEED, 2005. p. 23-34.

CALDART, Roseli Salet. Sobre a educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). *Educação do campo: campo- políticas públicas – educação*. Brasília, DF: Inca - MDA, 2008. p. 67-86.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA (CEAGRO). *Projeto rede de educação e pesquisa popular em agroecologia*. Canta Galo, PR, 2008. 23 p. Digitado.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

LIMA, Aparecida do Carmo. *Relação escola e comunidade: estratégia metodológica na formação da Turma Karl Marx da Escola Milton Santos do MST/PR*. 2008. 99 f. Monografia (Pedagogia para Educadores do Campo) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão, Francisco Beltrão, PR, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/Setor de Educação. *Princípios da educação no MST*. 3.ed. Caderno de Educação, São Paulo: IECLB – Brasil, n.8,p.6-10, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas gerais do MST**. (aprovadas no 10º Encontro Nacional). Belo Horizonte, 2001, p. 1-9.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST/PR). *Todo e toda sem terra estudando*. Jornada de Educação, Curitiba: [s.n.], 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/MST *Agenda 2008*. São Paulo: MST/Secretaria Nacional, 2008.

PEGO. Fátima Gomes. *Escola Milton Santos - vivências educativas como parte do processo de formação no MST/PR*. 2008, 63 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SANTOS. Clarice dos Santos (Org.). *Educação do Campo: Campo- políticas públicas – educação*. Brasília: Inca; MDA, 2008.

SILVA, Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a reforma agrária. In: STÉDILE. João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. p. 137-143.